

A influência dos caracteres chineses nas culturas dos países do Leste Asiático

Larissa Lemos Afonso¹
Yingfan Zhang²
(Orientadora: Profa. Ji Yun Kim³)

Resumo: Este artigo explora, a partir de uma perspectiva sociohistoriográfica, a influência cultural exercida sobre os países do Leste Asiático pelos caracteres sinóticos, destacando aspectos filosóficos e estéticos.

Palavras Chave: ideogramas chineses, expressão artística, estética asiática, Leste Asiático, caligrafia.

Abstract: This paper explores, from a sociohistoriographic perspective, the cultural influence exerted on East-Asian countries by Sinitic characters, highlighting philosophical and aesthetic aspects.

Keywords: Chinese ideograms, artistic expression, Asian aesthetics, East Asia, calligraphy.

1. Introdução

Os caracteres chineses (漢字, jp. *kanji*, ch. *hanzi*, cr. *hanja*) são elementos basilares da formação das culturas do Leste Asiático, sendo também produto delas. Sua criação por povos da Ásia Continental faz com que sejam imbuídos de princípios estéticos e significações sagradas exclusivas a esses povos, e sua consagração em formas de expressão artística – como a pintura e a poesia escrita – permitiu que continuassem a se desenvolver seguindo os moldes das culturas chinesas, tornando-se portanto um objeto que retrata bem os princípios estéticos chineses que sobreviveram à passagem dos séculos; ou seja, retrata a estética nacional.

E o que seria uma “estética nacional”? Naturalmente, com o passar dos séculos novos significados, situações, simbolismos e padrões estéticos são criados e os velhos são relegados ao desuso; mas muitas vezes há princípios, elementos em comum a cada uma dessas culturas estéticas que se sucedem. E se eles estão associados a algum povo ou cultura em particular, convenhamos de chamá-la de “estética nacional”. A estética nacional chinesa, por representar o que os povos que já viveram no que hoje é a China julgaram belo ou feio, é um dos aspectos reveladores dessa cultura e, para o leitor ocidental leigo, um dos maiores representantes do chamado “Orientalismo”. Um termo geral que, mesmo que se não empregado como palavra, apresenta um pensamento comum que serviria para caracterizar todas as coisas orientais.

¹. Aluna do 3º. ano do Ensino Médio do Colégio Arena (Goiânia).

². Aluna do 1º. ano do Ensino Médio do Colégio Arena (Goiânia).

³. Orientadora *ad hoc*. Professora de Língua e Literatura Coreana do Departamento de Letras Orientais da Universidade de São Paulo.

É desnecessário dizer que resumir a cultura de metade do planeta sob apenas um conceito é uma generalização bárbara. No entanto, o que induz a que agrupemos culturas tão diametralmente opostas sob um mesmo termo? Considerando que a percepção de orientalismo não seja apenas fruto da falta de conhecimento e discernimento cultural, deve haver algum fator, alguma filosofia natural àquelas regiões, que faz com que sejam tão parecidas a olhos ocidentais.

As culturas do Leste Asiático, em especial, parecem ser particularmente indistinguíveis a esse público, o que provavelmente decorre da influência chinesa nessa região: por muitos séculos a China foi para esse espaço algo semelhante ao que a Grécia foi para o mundo ocidental. Enquanto a maioria dos países à sua volta não havia desenvolvido nem mesmo um sistema de escrita, a China já despontava como um centro filosófico, artístico, político e científico, de forma que muitos de seus vizinhos, ao tomarem conhecimento desses avanços, apressaram-se por tentar copiá-la em tudo que podiam.

Isso, naturalmente, representou a exportação de elementos culturais chineses para as regiões próximas. E sendo os *hanzi* um objeto que reúne tantas características da cultura chinesa, ao serem exportados, levaram consigo todas essas significações aos países de chegada. Nossa afirmação, portanto, é de que é possível compreender a influência chinesa nos países do Leste Asiático ao estudar o papel que os *hanzi* desempenharam e desempenham, assim como faziam antes, na China, dentro de outras culturas dessa região.

A escrita deste trabalho e a formulação da tese apresentada se deram mediante pesquisa extensiva não só da bibliografia consagrada pela Academia, mas também como resultado das experiências e da bagagem cultural de suas duas autoras. Além disso, é interessante destacar a falta de livros e publicações sobre o assunto em português (daí que a maior parte da bibliografia utilizada é em inglês ou mandarim), de forma que o presente estudo se enquadra como um dos poucos textos introdutórios disponíveis a falantes de português sobre essas temáticas.

1.1 Transliteração e observações gerais

Os caracteres chineses são ideogramas que não têm valor fonético definido, de forma que sua pronúncia difere com país, região e período histórico dentro da própria China continental. Assim, optamos por realizar a romanização de cada termo de acordo com o contexto; a transliteração de termos chineses será feita de acordo com a leitura dos ideogramas em mandarim seguindo o sistema *pinyin*, salvo o caso de publicações em português de título chinês que seguem outras transliterações. Por essa razão, nos referiremos aos caracteres chineses por *hanzi*, o equivalente à sua leitura em mandarim, salvo quando estivermos tratando de contextos mais específicos de Coreia e Japão, nos quais usaremos os termos *hanja* e *kanji*.

De forma análoga, termos em coreano e japonês seguirão também seus respectivos sistemas de transliteração consagrados, a saber a Romanização Revisada de Coreano e a romanização Hepburn.

Faz-se necessária uma nota sobre limites territoriais. Em vários momentos referir-nos-emos ao território atual de um país como sinônimo daquele país, o que é, temos consciência, uma abordagem generalista no sentido de que resume a cultura de diversos povos e dinastias sob um mesmo termo. No entanto, ressaltar a todo momento que não nos referimos aos Estados modernos e sim às culturas que floresceram na região tratada tornaria o texto mais cansativo ao leitor, dada a quantidade de vezes e a frequência com a qual nos referimos a esses conceitos.

2. Os caracteres chineses na China

Para estudar as significações adquiridas pelos caracteres chineses em sua exportação para os países do Leste Asiático, primeiro faz-se necessário visitar seus significados originais dentro da China.

2.1 História

A evolução dos *hanzi* tem uma história de mais de 3.000 anos, sendo dividida em sete estágios:

- *Jiaguwen* (甲骨文): primeiro tipo documentado de caractere chinês, refere-se aos ideogramas achados em cascos de tartaruga e ossos de animais da Dinastia Shang (XVI – XI a.C.). Ainda não eram utilizados para representação sistemática de textos, possuindo função oracular. Ossos e cascos de tartaruga eram lançados ao fogo e as rachaduras formadas eram interpretadas e reescritas em uma segunda superfície, formando os *jiaguwen*.
- *Jinwen* (金文): ideogramas fundidos em selos e utensílios de bronze da Dinastia Zhou (1046 – 256 a.C.). Diferentemente dos Shang, os Zhou não eram tão afeitos a deuses e superstições e logo os caracteres nesse estágio assumem função mais pragmática. Na maioria dos registros os *jinwen* têm funções de registrar a posse de utensílios ou eventos da corte.
- *Zhuanshu* (篆書): literalmente “escrita de carimbo”, é uma denominação cunhada na Dinastia Han (202 a.C. – 220 d.C.) para se referir aos caracteres que se desenvolveram a partir dos *jinwen* e que, sendo eventualmente substituídos por outros estilos, se tornaram restritos à escrita decorativa e à confecção de carimbos naquele período.
- *Lishu* (隸書): forma que se desenvolveu a partir do *caozhuan* (草篆), é um estilo que coexistiu com a *zhuanshu* durante a Dinastia Qin, mas mais simples de escrever. Sua consolidação durante a Dinastia Han Ocidental (202 a.C. – 9 d.C.) é um divisor de águas na história dos *hanzi*, uma vez que pela primeira vez neles se observa a perda do significado imagético e a execução plena do papel de agente auxiliar comunicativo puramente simbólico. Algumas categorizações classificam os estilos anteriores ao *lishu* como “formas antigas” e as posteriores como “formas modernas”.
- *Caoshu* (草書): estilização espontânea do *lishu*, busca velocidade. Seus traços são tão modificados que chineses nativos na atualidade não são capazes de os entender sem estudo prévio.

- *Kaishu* (楷書): outro estilo proveniente do *lishu*, data da Dinastia Han Oriental (25 – 220 d.C.) e é o estilo padrão usado na impressão de textos atualmente.
- *Xingshu* (行書): forma intermediária de *caoshu* e *kaishu*; embora seus traços sejam contínuos, cada caractere é independente. É o estilo mais utilizado na escrita à mão de caracteres na atualidade.

2.2 Política

Como vimos, em seus primeiros estágios a escrita era utilizada de modo primariamente pragmático. No entanto, com o passar do tempo, foram ocorrendo inovações tecnológicas que possibilitaram a prática da escrita em meios mais práticos como papel e seda (em contraposição a ossos e tabuletas de bambu) e também a produção de excedentes agrícolas, o que possibilitou um estágio de maior estabilidade social e política, a partir do qual a escrita passou a ser usada também para outras finalidades como a Filosofia e a Literatura.

É de se imaginar a relevância que um sistema de escrita unificado desempenhou para a organização e burocratização dos aparelhos administrativos chineses. A corte passou a ser preenchida por uma grande quantidade de homens letrados que tinham como função primária documentar os eventos do país, assim contribuindo para o registro político e histórico dessas civilizações e para a consolidação do sistema de escrita recém-formado.

Enquanto na Europa ainda vigorava o nepotismo e a impossibilidade de ascensão social, a China já havia instituído exames para a designação de cargos públicos desde a Dinastia Tang (618 – 907 d.C.). A necessidade do domínio de uma série de temas que iam desde da caligrafia à literatura para a aprovação nos concursos fez com que a aristocracia e a classe média chinesas se tornassem altamente artísticas e intelectualizadas naquele período. Nesse meio, o domínio da escrita não se restringia ao aspecto vocabular, também se estendendo à caligrafia, que já nesse momento era entendida como um objeto revelador das virtudes e vícios do calígrafo, tornando-se uma habilidade altamente valorizada.

E a consolidação das instituições governamentais possibilitada por esse desenvolvimento político fez com que a China se tornasse modelo para seus vizinhos do Leste Asiático, que não demoraram em importar sua cultura. Isso pode ser percebido na prontidão com que Japão e Coreia incorporaram o budismo como ferramenta de governo durante o período Asuka (538 – 710 d.C.) e o Período dos Três Reinos (18 a.C. – 660 d.C.). Enquanto havia partes que condenavam a adoção de práticas estrangeiras na administração nacional (o que provocou uma série de conflitos como a Guerra Soga-Mononobe – 552-587 d.C. – no Japão), muitos setores estavam ansiosos para adquirir a nova religião vinda da China, que deveria contribuir para que os países atingissem um patamar de desenvolvimento similar ao dela.

2.3 Religião

Na China floresceram centenas de religiões, das quais podemos destacar três: confucionismo, taoísmo e budismo.

O Confucionismo, escola filosófica criada pelo pensador chinês Confúcio (551 – 479 a.C.), é um dos pilares do pensamento oriental, tendo sido usada como

ferramenta de legitimação dos aparelhos administrativos e das estruturas sociais na China e na Coreia. Os *Analectos* (論語, ch. *lun'yu*), coleção de frases e ideias de Confúcio e seus seguidores compilada após a sua morte, é a base da filosofia confucionista e se projeta como uma das obras mais importantes para a formação do pensamento asiático. De fato, um dos exercícios de caligrafia mais comuns em China, Coreia e Japão até o século XX era a cópia de sentenças retiradas desse livro e dos chamados *Sishu* (四書, ch. “Quatro Livros”), quatro livros selecionados pelo intelectual Zhu Xi (1130 – 1200 d.C.) durante a Dinastia Song (960 – 1279 d.C.) que serviriam como introdução ao pensamento confucionista e que se tornaram um dos mais importantes elementos dos exames de serviço público durante as dinastias Ming (1368 – 1644 d.C.) e Qing (1636 – 1912 d.C.).

Ainda, há no Confucionismo cinco virtudes constantes (五常, ch. *wuchang*): benevolência (仁, ch. *ren*), honradez (義, ch. *yi*), decoro (理, ch. *li*), sabedoria (智, ch. *zhi*) e confiança (信, ch. *xin*), em ordem decrescente de importância. Com a expansão do confucionismo para o resto da Ásia, muitos desses conceitos foram sendo incorporados como qualidades morais basilares de várias regiões. Bom exemplo é o *bushidou* (武士道, trad. “caminho do guerreiro”) japonês, código oral de conduta dos samurais que tem seus princípios baseados nas *wuchang*. Seu conceito primeiro é o de honradez: o samurai era um guerreiro que sempre se portaria de forma íntegra e honrada, seguindo o conceito de *giri* (義理, jp. “dever”).

Já o Taoísmo tem como principais pensadores Laozi (séc. VI – séc. V a.C.) e Zhuangzi (369 – 286 a.C.); do período de Zhou Oriental e aos quais são acreditados o *Tao Te Ching* (道德經) e o *Chuang Tzu* (莊子). O modo de vida taoísta é centrado no *wuwei* (無為, ch. não ação), um estado no qual o indivíduo apenas aceitaria os acontecimentos como são, possibilitando que entrasse em harmonia com o *Tao* (道, ch. caminho), o princípio universal que rege a ordem natural das coisas.

Mesmo com o enfraquecimento do Taoísmo e o fortalecimento do budismo e do confucionismo, ideias taoístas como o *wuwei* e o *yin-yang* mantêm sua influência na arte e nos costumes. O *Nihon Shoki* (日本書記, jp. “Crônicas do Japão”; 720 d.C.), inicia com referências à teoria do *yin-yang*, traçando a ascendência dos monarcas Yamato (大和) até Amaterasu, a deusa do Sol. Além disso, o alfabeto fonético *hangeul*, criado pelo rei Sejong (1397 – 1450 d.C.) como alternativa aos *hanja* na Coreia, têm suas vogais divididas em grupos *yang* (ㅏ, ㅑ) e *yin* (ㅓ, ㅕ).

Finalmente, há o budismo, trazido para a China por monges e mercadores vindos da Ásia Central durante o século I d.C. Sua disseminação no território chinês foi processo longo e paulatino, com as escrituras sagradas sendo gradualmente traduzidas entre os séculos III e IV d.C. Nesse momento, os tradutores se depararam com a grande dificuldade que é traduzir textos de línguas índicas para o chinês, por vezes optando pela reprodução fonética das palavras e por vezes pela correspondência de significado.

Mas, além da dificuldade linguística, era mais problemática a total diferença entre os ambientes intelectuais de China e Índia. Uma das alternativas achadas para contornar esse quadro era o uso de expressões taoístas, ligadas a conceitos budistas em vários pontos, como alternativas. Por exemplo, *darma* foi traduzido como *Tao*, e *nirvana* foi traduzido como *wuwei*. Essa síntese entre o pensamento budista indiano e taoísta chinês lançou as bases do pensamento budista na China e posteriormente na Coreia e no Japão.

2.4 Arte

A caligrafia dos *hanzi*, principalmente em nanquim sobre papel, foi consagrada como forma de expressão artística oriental máxima durante a história, o que foi possível devido à sua complexidade gráfica e à consequente miríade de possibilidades de expressão no tamanho e na mescla de traços que o pincel apresenta. É mais que estética em si: há nos países do Leste Asiático a crença de que a caligrafia é uma representação do caráter e das qualidades morais do indivíduo.

Por exemplo, uma caligrafia redonda e sinuosa provavelmente será associada ao feminino, enquanto uma caligrafia reta e rápida será associada ao masculino. Considerações como essa se tornam interessantes no estudo dos papéis de gênero nos países do Leste Asiático; no Japão, por exemplo, textos com maior uso do silabário tradicional *hiragana* (平仮名, jp. *kana* simples) ao invés de ideogramas, palavras de origem endêmica e caligrafia pequena e retida são associadas ao universo feminino, enquanto textos com maior uso de palavras de origem sinítica e de ideogramas, juntamente com caligrafia rápida e expansiva são associados ao masculino. Vê-se, pois, que essas estéticas refletem a discriminação e a divisão tradicional de gênero. Análises como essa sobre a relação entre caligrafia e personalidade são brilhantemente exploradas em [8].

Essa subjetividade da caligrafia está ligada à sua consolidação como Arte por excelência; de fato, está tão interligada com a pintura que é raro acharmos pergaminhos ilustrados que não contenham ao lado um poema ou a frase de algum sábio. A escrita de poemas também se projeta como forma de expressão artística da subjetividade tão fundamental que é comum encontrar montanhas ou paisagens naturais que contenham em si engravados versos compostos mediante a contemplação da beleza do local.

É importante ressaltar que a caligrafia não se deu pela introdução de caracteres isolados, mas juntamente a textos históricos e filosóficos como os *Analectos* e sutras budistas. Logo, como a importação dos *hanzi* pelos países asiáticos se deu com e possibilitou a transmissão de estéticas distintas ao longo da história chinesa (estéticas essas determinadas por diferentes escolas de pensamento filosófico e religioso) há uma grande variedade de padrões e temas que separam a pintura, a iconoclastia, a caligrafia e a literatura em diferentes grupos de elementos mutuamente relacionados e interdependentes.

3. Os caracteres chineses fora da China

Explorados os significados e os papéis exercidos pelos *hanzi* na China, podemos agora analisar os papéis que suas exportações para a sinosfera desempenharam em termos de significância sociocultural.

Apesar de quase todos os países do Leste Asiático e do Sudeste Asiático terem incorporado a cultura dos caracteres chineses em maior ou menor grau em algum momento, essa influência foi mais expressiva na Coreia, no Japão e no Vietnã. De fato, nos países do Sudeste Asiático foi mais expressiva a importação de culturas vindas do Subcontinente Índico por meio das rotas de comércio marítimo estabelecidas na primeira metade do século V d.C., com várias ilhas como Sumatra, Bornéu, Java e Camboja tendo até mesmo adotado o sânscrito como idioma oficial. De fato, enquanto nessa região se tornou dominante o budismo Teravada, mais antigo e conservador em termos de doutrina, no norte da Ásia predominaram as escolas Mahayana e Vajrayana, que só se desenvolveram após o estabelecimento da Rota da Seda e do consequente diálogo entre as culturas índicas e das de outros locais da Ásia.

Assim, posto que nosso objetivo neste breve artigo é analisar a influência sinfática nos países do Leste asiático, vamos nos restringir ao estudo de Coreia e Japão, nos quais essa influência se fez mais duradoura.

3.1 Coreia

Em contato direto com a China, as culturas da península coreana e do nordeste da China continental muitas vezes se confundem, com a parte norte da Coreia tendo sido atacada e em parte dominada pelos Han, pelos Ming e pelos manchus, o que intensificou o intercâmbio político, cultural e comercial entre essas regiões e a China continental. O sul, entretanto, era organizado em sociedades tribais cujas práticas se assemelhavam às dos povos Wa (倭) do Japão, o que indica um intercâmbio cultural muito mais antigo entre essas duas regiões.

Durante o século IV d.C., ocorreu uma diáspora de intelectuais chineses para a Coreia, o que propiciou a adoção de políticas chinesas de centralização monárquica. Nisso se destaca o reino de Baekje (18 a.C. – 660 d.C), que instituiu dezesseis classes oficiais, promoveu ideias confucionistas e estimulou o registro histórico. Também desenvolveu uma relação triangular com China e Japão: Baekje transmitia o budismo e a cultura chinesa para o Japão, enquanto o Japão fornecia armas e apoio militar a Baekje.

Decisivo para a incorporação do sistema governamental chinês foi a consolidação do Estado de Silla Unificado (668 – 892 d.C.) em 676 d.C. Nesse momento, o governo queria implantar políticas que fomentassem a centralização do poder e sufocassem resistências. Para isso copiaram o modelo burocrático Tang, criando comissões de intelectuais para promover o aprendizado confucionista e dividindo o território nacional em nove províncias administrativas.

Entre os séculos IV e XIII, budismo e confucionismo conviviam em diálogo como ferramentas de centralização política; enquanto a hierarquia confucionista conversava com a organização do Estado burocrático, monges budistas, dominando a escrita e a leitura chinesas, contribuía para a disseminação da ética confucionista.

Após um período de embate entre os séculos XIII e XV, o confucionismo suplanta o budismo e se torna religião oficial até o século XX. Mas mesmo antes, a introdução da cultura acadêmica chinesa na Coreia havia se dado em meio a um sistema de educação confucionista, que, por sua vez, estava ligado a princípios que favoreciam a unificação estatal e a burocratização governamental. Pode-se entender, então, que a introdução das Letras chinesas na península coreana foram fundamentais para o curso de seus governos.

No que tange à relação dos *hanja* com a prática artística, se faz relevante a análise do desenvolvimento do uso do pincel, ferramenta consagrada de escrita.

A pintura a pincel se tornou mais expressiva somente durante o Período dos Três Reinos, com exemplares anteriores correspondendo principalmente a ilustrações em câmaras funerárias Goguryeo (37 a.C. – 668 d.C.). Evidências arqueológicas consistentes mostram que pincéis já eram usados muito antes da Era Comum, com maior relevância nos territórios próximos à China, indicando sua importação chinesa, provavelmente acompanhada da escrita.

Existe uma íntima relação entre a introdução dos *hanja* e a Academia confucionista, de intelectualidade pautada no domínio da escrita e de outras práticas que têm nanquim e pincel como meios, como a escrita de poemas e a pintura tradicional chinesa. Ambas requeriam talento e anos de estudo; escrever poemas demandava não apenas sensibilidade poética, mas também grande conhecimento de

temas e simbolismos chineses, além de exímio domínio da língua para respeitar a métrica dos versos e a sonoridade das rimas. A primeira forma de poesia escrita à qual os coreanos tiveram acesso foi a chinesa, de forma que, não obstante o Chinês clássico ser a língua franca e *hanzi* o único sistema de escrita conhecido por eles, os poemas chineses se enquadravam como suas únicas referências desse tipo de texto, levando à sua emulação formal e temática. Além do aspecto literário, outro ponto a ser levado em conta é a caligrafia; boa caligrafia havia se tornado tão fundamental no meio intelectual que para ser considerado bom poeta era necessário ter habilidade não só na composição de poemas, mas também no domínio da língua, da literatura e da caligrafia chinesas.

O mesmo vale para a pintura a pincel. Gravuras feitas a partir de nanquim e pincel seguem, em uma analogia à prática ocidental, o mesmo princípio da aquarela: não é possível retocar e modificar os traços como se faz com tinta a óleo, e a adição de água faz com que a tinta se espalhe em formas difíceis de controlar, marcando o papel. Esse tipo de pintura, consagrada na Coreia durante a Dinastia Joseon (1392 – 1897 d.C.), demandava anos de prática e estava também firmemente atrelado à estética e temática chinesas, mas ainda ligada às práticas da Dinastia Goryeo (918 – 1392 d.C.) de aplicação de cores primárias (em especial vermelho, azul e verde) na superfície sem a mistura de água, em um estilo bidimensional.

Por outro lado, a introdução do budismo Mahayana no século IV d.C. trouxe as esculturas e pinturas de bodisatvas e a arquitetura monumental. Os templos budistas também estavam intimamente atrelados ao conhecimento das Letras, dado que os monges tradutores tinham que dominar não só o vasto cânone budista, mas também sânscrito e chinês. A efetivação do sutra se daria por meio da vocalização; logo, os textos traduzidos deveriam ser pronunciados da forma mais parecida possível com seu original. Os monges coreanos, no entanto, haviam recebido a doutrina budista por meio dos chineses, que haviam feito traduções baseadas na vocalização do sutra em chinês, cuja pronúncia é muito diferente da coreana. Eles tinham, então, que saber sânscrito para conhecer a pronúncia original e chinês para que os textos pudessem ser traduzidos para os coreanos. Há nesse período grande aumento na quantidade de textos em *idu*, caracteres chineses usados para representar a pronúncia coreana.

3.1.1 Hanja

Hanja (cr. 한자) é a leitura coreana dos caracteres que em mandarim são lidos como *hanzi*. Apesar de não serem mais o sistema padrão de escrita nas Coreias (tendo sido substituído pelo alfabeto fonético *hangeul*) seu uso prolongado na península coreana faz com que mais de 60% das palavras em coreano moderno tenham um correspondente direto em chinês clássico, denominadas *hanja-eo* (cr. “palavras escritas em hanja”).

Os *hanja*, então, são elementos fundamentais da etimologia coreana, e seu estudo faz parte do conteúdo programático da educação básica. Não é incomum encontrá-los no dia a dia; a maioria são caracteres básicos utilizados em contextos simples, como a indicação dos banheiros feminino e masculino pelos ideogramas 女 and 男.

É errado pensar, entretanto, que haja grande semelhança fonética entre mandarim e coreano. Há sim palavras como 同意 (cr. *dong-ui*, ch. *tongyi*) e 勇氣 (cr. *seungri*, ch. *yongqi*) com pronúncia semelhante até a atualidade, mas a falta de um alfabeto fonético na China fez com que as pronúncias sofressem grandes mudanças do chinês clássico até o mandarim moderno. Assim, como os *hanja-eo* são baseados na pronúncia em chinês clássico, pouca semelhança fonética persiste entre as duas

línguas, sendo muito mais forte entre coreano e japonês, que também recebeu os sinogramas no mesmo período.

3.2 Japão

A aproximação entre Japão e China se deu forma mais consolidada somente no período Nara (710 – 794 d.C.), mas muito antes disso o Japão já se organizava em parâmetros chineses por intermediação coreana. De fato, apesar de as maiores migrações terem ocorrido entre os séculos V a VII d.C., há evidências de imigração coreana pelo Estreito de Tsushima desde o período Jōmon (c. 14000 – 300 a.C.). Os imigrantes trouxeram consigo do nordeste asiático a língua Altaica, ancestral do japonês moderno, além do arroz, técnicas de produção de cerâmica e gêneros agrícolas e inovações arquitetônicas que possibilitaram a construção de muralhas e tumbas funerárias.

O poder dos governantes da Bacia Yamato e da região de Kinai começou a se consolidar por volta de 350 d.C., com o estabelecimento de relações diplomáticas com a China e com Baekje sendo que a introdução dos *hanzi* no Japão é registrada na *Nihon Shoki* e no *Kojiki* (古事記, jp. “Relatos de Eventos Antigos”; 712 d.C.) como tendo ocorrido em 405 d.C. por meio de um intelectual de Baekje, com textos confucionistas e taoístas. Esse contato eventualmente possibilitou que o budismo chegasse ao Japão, com registros do rei coreano presenteando o rei japonês com uma estatueta de Buda em 552 d.C.

Entre 592 e 756, os governantes japoneses deixaram de ser líderes de confederações militares para se tornarem monarcas ao estilo chinês, principalmente em razão do refortalecimento dos impérios chineses nos reinados de Sui e Tang. A imperatriz Suiko (554 – 628 d.C.) e o príncipe Shōtoku (574 – 622 d.C.), do clã Soga, então iniciaram relações com Sui, abrindo caminho para posteriores expedições de estudo da cultura e política chinesas. Shōtoku era um ávido estudioso do budismo, escrevendo comentários sobre as sutras Vimalarkiti, Shri-mala e a Sutra de Lótus, o que contribuiu para que seu período de regência fosse marcado por um aumento da cultura literata na aristocracia. Também foi durante seu reinado que foi realizada uma primeira compilação dos acontecimentos da história do Japão (agora perdida) e a publicação da Constituição em Dezessete Artigos (十七条憲法, jp. *jūshichijō kenpō*) em 604 d.C., que estabeleciam um regime de administração estatal baseado no budismo e no confucionismo, ao mesmo tempo que centralizava o poder em moldes chineses.

O ano de 645, no entanto, é considerado um divisor de águas para a centralização monárquica no Japão. Nesse ano, Nakatomi no Kamatari (614 – 669 d.C.) tirou do poder os Soga ao assassinar o príncipe Soga no Iruka (? – 645 d.C.). A esse incidente se seguiu A Grande Reforma (大化の改新, jp. *taika no kaishin*; 645 – 650 d.C.), mudanças no aparelho administrativo que seguiam os padrões chineses e aboliam a propriedade de terras, apontavam governadores provinciais, instituíam censos, uniformizavam o sistema tributário e instituíam um código legal e concursos para cargos do oficialato civil. Esse desejo de emular a política e a cultura chinesa se traduz muito claramente na instituição da periodização por eras como feito na China nesse período, o que persiste até a atualidade.

Com a introdução do budismo no século VI d.C., a religião japonesa *Shintō* (神道, jp. “caminho dos deuses”) passou por um processo de instituição de regras cerimoniais de forma decisiva, conforme previsto pela reforma realizada por Shōtoku, que destacava o *buppōsō* (仏法僧, trad. “Buda, Lei e Monges”), determinando o objeto do credo, as regras da doutrina e os parâmetros da vida monástica.

Também no período Asuka se percebe grande influência de formas mais antigas da estética budista da Ásia continental, com vários elementos que remetem aos reinos de Baekje e Goguryeo. Todo esse processo contribuiu para que as Letras ganhassem cada vez mais relevância no Japão, assim como os significados que foram sendo a elas atrelados em seu trajeto desde a China continental ao arquipélago japonês.

3.2.1 Kanji

É a leitura japonesa dos caracteres que em mandarim são lidos como *hanzi*. O Japão, ao lado de Taiwan, China e Singapura, é um dos únicos países nos quais os caracteres chineses são usados como sistema de escrita até hoje. É de se imaginar, pois, o tamanho da influência os ideogramas chineses tiveram na formação da língua japonesa. Além dos *kanji*, o idioma japonês também se utiliza de dois silabários: o *hiragana* (usado para a escrita de partículas e elementos morfossintáticos sem sentido independente) e o *katakana* (utilizado para a escrita de nomes estrangeiros e nomes de espécies químicas, animais e vegetais).

O *hiragana* evoluiu do *man'yōgana* (万葉仮名), um sistema de escrita que utilizava *kanji* para a representação dos sons da língua japonesa e que leva esse nome devido à sua utilização na escrita do *Man'yōshū* (万葉集, jp. “Coleção de Dez Mil Folhas”), a mais antiga coleção de poemas *waka* (和歌) já documentada. Foi fundamental para a literatura japonesa, sendo largamente utilizado pelas mulheres da corte nos períodos Nara e Heian na escrita de diários e documentos pessoais, possibilitando que obras como *A História de Genji* e *O Livro do travesseiro* fossem escritas. Como a escrita masculina era associada às formas do *kaishu*, enquanto a feminina era associada ao *caoshu*, a ampla utilização do *man'yōgana* e posteriormente do *hiragana* para a escrita desses textos fez com que o *hiragana* evoluísse da estética fluida e sinuosa do *caoshu*.

Já o *katakana* foi desenvolvido por monges budistas no século IX d.C., usando partes de *kanjis* mais complexos da forma *kaishu* para a representação de seu som, sendo fundamentais para a popularização das escrituras budistas.

Após a Segunda Guerra Mundial, o Japão fez uma série de reformas que objetivavam diminuir as taxas de analfabetismo entre a população, simplificando vários caracteres e determinando uma lista de 2136 *kanji* (conhecidos como *joyō kanji*) que deveriam ser aprendidos no ciclo de educação básica e que poderiam ser utilizados nos meios de comunicação.

4. Conclusão

A partir das análises desenvolvidas por meio da literatura, da política, dos idiomas e da história de Coreia e Japão, pudemos perceber o tamanho da influência que os caracteres chineses desempenharam dentro de suas culturas, extrapolando o âmbito da linguagem para se tornar um elemento sociocultural basilar. Sem o contato entre China, Coreia, Japão e os outros territórios da sinosfera, as culturas do Leste Asiático não teriam atingido todo o desenvolvimento acadêmico e científico que apresentaram ao longo da história. Se foi possível que esses países se destacassem no cenário internacional por invenções pioneiras como a bússola e a pólvora, isso se deve, em maior ou menor grau, ao intercâmbio cultural entre esses países, que aspiravam por um modelo de sociedade intelectualizada como a chinesa e que nesse

sentido contribuíram para o desenvolvimento da ciência e do conhecimento de forma geral.

5. Referências bibliográficas

1. LI, Yu. **The Chinese Writing System in Asia: An Interdisciplinary Perspective.** Abington, Nova Iorque: Routledge, 2020.
2. HÖLLMANN, Thomas. **Chinese Script: History, Characters, Calligraphy.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2017.
3. SKILTON, Andrew. **A Concise History of Buddhism.** Segunda edição. Cambridge: Windhorse Publications, 1994.
4. CONFÚCIO. **Os Analectos.** Porto Alegre: L&PM, 2012.
5. TSE, Lao. **Tao Te Ching: O Livro do Caminho e da Virtude.** Sociedade Taoísta do Brasil.
6. JUNIPER, Andrew. **Wabi Sabi: The Japanese Art of Impermanence.** Clarendon: Tuttle Publishing, 2003.
7. GYOU, Chen. **Chinese Calligraphy.** Primeira edição. Editora Wuzhou Chuanbo, 2003.
8. YEN, Yuehping. **Calligraphy and Power in Contemporary Chinese Society.** Abingdon: Routledge, 2005.
9. HODGE, Bob; LOUIE, Kam. **The Politics of Chinese Language and Culture: The Art of Reading Dragons.** Londres: Routledge, 1998.
10. EBREY, Patricia B.; WALTHALL, Anne; PALAIS, James. **Pre-Modern East Asia: A Cultural, Social and Political History, Volume I: To 1800.** Segunda edição. Boston: Houghton Mifflin Company, 2009.
11. ZHANG, Fa. **The History and Spirit of Chinese Art, Volume I: From Pre-History to the Tang Dynasty.** Honolulu: Silkroad Press, 2003.
12. STANLEY-BAKER, Joan. **Japanese Art.** Terceira edição. Londres: Thames & Hudson, 2014.
13. KIM, Hongkyung. **Korean Religions in Relation: Buddhism, Confucianism, Christianity.** Albany: State University of New York Press, 2016.

14. PARK, J.P.; JUNGMANN, Burglind; RHI, Juhyung. **A Companion to Korean Art**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2020.
15. HUANG, Kejian. *Laozi Shujie*. *Zhonghua Shuju*, 2017.
16. ZUO, Minan. *1000 Ge Hanzi De Qiyuan Yu Yanbian*. Primeira edição. Pequim: Editora Jiuzhou, 2005.
17. FENG, Youlan. *Zhongguo Zhexue Jianshi*. Primeira edição. Pequim: Editora Xinshijie, 2004.

Recebido para publicação em 12-08-22; aceito em 04-09-22